

**Os Karipuna do Amapá e a educação: tensões
sociais e resistência na fronteira com a Guiana
Francesa**

EDSON MACHADO DE BRITO¹

Os Karipuna da aldeia do Espírito Santo formam uma população de aproximadamente 500 pessoas organizadas em 78 famílias. Estão situados na Terra Indígena Uaçá (TI Uaçá)², no município do Oiapoque, estado do Amapá, na região identificada como baixo Oiapoque. Vivem na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, na margem do rio Curipi, afluente do rio Uaçá e são falantes da língua *kheoul* ou creolo, mais comumente denominada de *patuá*.

Quem são os Karipuna do Amapá?

Apesar do longo histórico de contato com as sociedades não-índigenas, os Karipuna do Amapá mantêm relativo distanciamento dos centros urbanos, inclusive da cidade do Oiapoque. No entanto, o distanciamento não representa isolamento, pois eles estabelecem relações socioeconômicas e políticas sistemáticas com a sociedade do entorno, participando ativamente da vida política/partidária/governamental do município do Oiapoque, além de manterem fortes laços comerciais e de trocas de produtos diversos com os demais povos indígenas da região.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em História da Educação. Pesquisa financiada pelo CNPq/CAPES.

² A Terra Indígena do Uaçá tem uma superfície de 470.164,06 há. Foi homologada pelo Decreto Presidencial 298, publicado no Diário Oficial da União em 30/10/91. Nota-se que no município do Oiapoque há três terras indígenas contíguas: Uaçá, Juminã e Galibi, onde estão abrigados os povos Karipuna, Galibi Kalinã, Galibi Marworno e Palikur. A população indígena na região é composta por cinco mil indivíduos (IBGE, 2000).

Sobre a constituição histórica dos Karipuna do Amapá, é importante refazer brevemente o percurso histórico de sua formação. Desde o século XVII em diante há relatos de pesquisadores e viajantes que fazem referências a termos semelhantes a “Karipuna”, na região do Oiapoque, como demonstram os estudos de Arnaud (1984;1989) e Tassinari (2003). No entanto, os autores sugerem que esses termos não estão associados aos atuais Karipuna, uma vez que eles teriam se instalado na região do Curipi somente a partir da década de 1830.

Arnaud (1989) trabalha com a perspectiva de que os atuais Karipuna do Amapá formam um grupo composto por refugiados da Cabanagem, que vieram da região do arquipélago do Marajó (PA) e que se juntaram a pessoas e grupos de outras origens. Nas palavras do autor,

Os Karipuna, conforme eles próprios relatam, foram originados por elementos que falavam a língua geral da Amazônia (Tupi), imigrados do estreito de Breves (Pará) em consequência da revolução da Cabanagem ocorrida na década de 1830 (...). De igual modo como ocorrera na formação do grupo do Uaçá, os Karipuna vieram se introduzir entre eles indivíduos de várias origens, como sejam, Palikur, Galibí, crioulos, árabes, chineses, europeus e brasileiros. (ARNAUD, 1989:88-89)

Analisando os relatos de viajantes no Uaçá e Curipi, Arnaud observa que, de fato, os desdobramentos do nome Karipuna, apresentados nos relatos desses viajantes, não têm correspondência direta com os atuais Karipuna do Curipi. No entanto, o autor estabelece uma maneira simples de identificar os atuais Karipuna do Amapá. Ele assinala: “De qualquer forma, os componentes do grupo em questão, hoje se identificam como Karipuna e são

reconhecidos como tal pelas populações regionais de ambas as margens do Oiapoque” (*idem*:89).

De forma complementar, Tassinari considera o seguinte sobre os Karipuna do Amapá: “A genealogia das famílias Karipuna nos remetem a indivíduos de procedências diversas (...). A presença dessas famílias no Curipi remonta a mais de 120 anos, segundo análise das genealogias...” (2003:21).

Os Karipuna, a fronteira geográfica e a política de “abrasileiramento”

Arnaud (1984) observa que após a assinatura do Tratado de Berna, a maioria da população habitante do antigo território do contestado franco-brasileiro era formada por franceses da Guiana Francesa, que continuavam estabelecendo relações amistosas com os povos indígenas do lado brasileiro na região. Foi então que o governo brasileiro decidiu tomar ações para expulsar os estrangeiros franceses, buscando incorporar os indígenas da bacia do Uaçá à sociedade brasileira.

Ricardo (1983) esclarece que:

Em 1919, seguindo a proposta do senador Justo Chermont, no congresso nacional, foi criada a Comissão Colonizadora do Oiapoque. Nas justificativas, a região era apresentada como “terra abandonada e sem dono” e estava sempre presente a preocupação com a influência dos franceses, embora a questão do contestado tivesse sido aceita pelo Tratado de Berna, no mesmo ano. (RICARDO, 1983:2)

Foi no contexto das décadas de 1920 e 1930 que o Estado brasileiro decidiu pelas ações efetivas de nacionalização daquela fronteira. Sobre a questão, Brito

(2010) observa que após os debates articulados pelo senador Justo Chermont no Congresso Nacional, o Estado brasileiro decidiu pela criação da Vila Agrícola de Clevelândia do Norte, na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa, para onde foram deslocados dezenas de camponeses nordestinos. No entanto, o projeto teve curta duração, transformando-se numa colônia penal durante o governo Arthur Bernardes. Em 1926 a colônia de Clevelândia do Norte foi desativada e os prisioneiros revolucionários foram anistiados, retornando para os seus estados de origem.

A expedição do Marechal Rondon na região do Oiapoque e seus relatórios serviram de base para o projeto de transformar os povos indígenas do Uaçá em guardiões da fronteira, conforme demonstra Ricardo (1983).

Seguindo as indicações de Ricardo (1983), Vidal (2001) assinala que o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, criado em 1910, passou a atuar na região do Uaçá a partir da década de 1930. Uma das intervenções mais efetivas do SPI junto aos Karipuna foi a criação da Escola Isolada Mixta da Vila do Espírito Santo do Curipi, em 1934. Buscando “abrasileirar” os povos indígenas, a escola empregou a obrigatoriedade da língua portuguesa e a proibição do *patuá* e dos rituais Karipuna na localidade. Em lugar da língua e dos rituais “originários”, a escola admitiu a língua portuguesa, o civismo, o patriotismo e o desenvolvimento de atividades práticas manuais.

No entanto, como demonstra Carvalho (2003), o projeto escolar nacional em andamento na década de 1930, produzida pelo governo de Getúlio Vargas, tinha

genericamente um forte apelo nacionalista, tendo o civismo e os trabalhos manuais como aspectos fundamentais da escola. Portanto, a escola que criada junto aos Karipuna do Amapá, na década de 1930, estava em sintonia com a perspectiva nacional de educação em andamento no país.

Devido a dificuldades financeiras e administrativas do SPI, a escola fundada em 1934 na aldeia do Espírito Santo foi fechada em 1937 (RICARDO, 1983), no entanto, em 1945 foi restabelecida, dessa vez na aldeia Karipuna de Santa Isabel, nas proximidades da aldeia do Espírito Santo. Conforme demonstra Tassinari (2001), com a extinção do SPI, em 1967, o governo do Território Federal do Amapá, através da sua Secretaria de Educação, em parceria com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, assumiu a responsabilidade com a educação escolar indígena no Amapá, sendo que as escolas indígenas do Uaçá passaram a funcionar de forma precária e com uma estrutura curricular que não atendia a realidade dos povos indígenas da região.

Acompanhando as mobilizações nacionais do movimento indígena brasileiro e da constituinte, na década de 1980 os povos indígenas do Uaçá iniciaram o processo de reordenação de suas lutas em torno da terra e da educação escolar indígena, sugerindo um caráter diferenciado para as suas escolas. Paralelamente, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foi assumindo paulatinamente compromissos com a educação escolar na aldeia do Espírito Santo, iniciando um programa de educação na língua *patuá*, com a produção de material

didático mais próximo da realidade Karipuna. No entanto, tais iniciativas foram rejeitadas pela Secretaria de Educação do Amapá, “sob alegação de que a população do Curipi e do Uaçá não têm características indígenas que justifiquem um programa especial” (RICARDO, 1983:16).

O lugar da educação escolar indígena diferenciada

Como demonstra Luciano (2006), depois de séculos da existência do projeto de educação escolar opressora voltada para os povos indígenas, a partir do final da década de 1970 os povos indígenas se uniram para pensar outro formato de escola para os seus povos. A partir da década de 1980, tanto as políticas indigenistas quanto o movimento indígena ganharam novo fôlego, especialmente por conta dos debates em torno da Constituinte. A Constituição promulgada em 1988 incluiu nos artigos 231 e 232 os direitos que garantem a terra, o pleno exercício das tradições e das línguas em liberdade, entre outras garantias para os povos indígenas. No campo educacional, os artigos 210, 215 e 231 são especialmente importantes para se pensar no caminho a ser trilhado em relação à educação indígena, pois os artigos asseguram o direito dos povos indígenas falarem e escreverem em suas línguas originárias e decidirem o que deve ou não ser ensinado em suas escolas. As legislações complementares³ definem de forma clara os fundamentos e objetivos da educação escolar indígena diferenciada⁴.

³ Há um extenso corpo legal que rege a educação escolar indígena diferenciada, dentre os quais se destacam: Decreto 26/1991, Portaria Interministerial 559/1991, Lei 9.424 de 1996 (artigos 78 e 79), Portaria 03/1999/CEB e Decreto 6168/2009.

⁴ No presente texto, a educação escolar indígena diferenciada, intercultural, bilíngue e específica será denominada apenas como educação escolar indígena diferenciada.

No estado do Amapá, a promulgação da Constituição de 1988 se desdobrou na transformação do Território Federal do Amapá em Estado da federação. Em 1991 a assembleia legislativa estadual promulgou Constituição do Estado do Amapá, reconhecendo no artigo 330 o direito a um sistema escolar diferenciado para os povos indígenas do estado, de acordo com as orientações da Constituição de 1988.

Os Karipuna da aldeia do Espírito Santo, especialmente professores e lideranças da aldeia, têm acompanhado as políticas públicas relacionadas à educação escolar indígena diferenciada, bem como têm realizado assembleias e encontros locais sobre a temática. Há duas importantes organizações indígenas na região que encaminham as políticas educacionais: a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) e a Organização dos Professores Indígenas do Município do Oiapoque (OPIMO)⁵. Alguns professores Karipuna são acadêmicos da Licenciatura Intercultural Indígena promovida pela Universidade Federal do Amapá, desde 2003, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e governo do estado do Amapá.

Os debates sobre a educação escolar indígena diferenciada tem ganhado espaço nas últimas décadas na região. Na atual Escola Estadual Indígena João Teodoro Forte, localizada na aldeia do Espírito Santo, os professores indígenas e a comunidade estão frequentemente debatendo e avaliando o projeto de educação escolar indígena diferenciada implantada na

⁵ A APIO foi criada em 1992 e a OPIMO, em 2005.

aldeia, buscando o caminho de valorização e fortalecimento das tradições Karipuna.

A referida escola é herdeira da escola fundada na aldeia do Espírito Santo na década de 1930, considerando as devidas transformações. Quando o Amapá foi transformado em estado da União, a escola da aldeia do Espírito Santo passou a funcionar como anexo da Escola Estadual Joaquim Nabuco, localizada na cidade do Oiapoque. Em 2009, a Escola Estadual Indígena Joaquim Teodoro Forte foi reconhecida como escola indígena autônoma, tendo o seu Projeto Político Pedagógico aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Amapá, na mesma Resolução Governamental de 2009.

Ironicamente, no ano seguinte, após o formalização do reconhecimento da sua categoria de Escola Indígena, o prédio da escola na aldeia foi totalmente demolido para dar lugar ao que seria a nova e moderna instalação escolar. No entanto, a diretora da escola, Sueli Aniká, declarou em entrevista em julho de 2011 que, devido a problemas de prestação de contas dos recursos destinados a obra, a construção estava paralisada, “sem previsão para a retomada da obra”. O atual cacique da aldeia, Thiago Santos, informou que a construtora responsável pela obra alegou dificuldade de transportar o material de construção da beira do rio Curipi até a localidade onde a escola será construída⁶. Enquanto isso, as aulas estão acontecendo em barracos improvisados, dispersos pelo interior da aldeia.

⁶ A escola da aldeia do Espírito Santo fica localizada na parte mais alta da aldeia, no cume de um morro, atrás da igreja. Na aldeia não há meio de transporte terrestre ou qualquer outro meio que facilite a locomoção do material de construção até a construção.

Por outro lado, o governo do estado do Amapá viabilizou o reconhecimento da categoria de professor indígena, assim como determinou a realização de concurso específico para a contratação de professores indígenas, previsto na Lei estadual 0851, de 30 de agosto de 2004. A Secretaria Estadual de Educação mantém um Núcleo de Educação Indígena - NEI, tendo um indígena como chefe do Núcleo. No entanto, como atestam os professores e lideranças indígenas da região, apesar de bem intencionado, o chefe do NEI tem pouco poder de decisão.

A formação Karipuna na aldeia do Espírito Santo

Enquanto a educação escolar indígena no Amapá enfrenta situações adversas e pouco favoráveis à efetiva valorização das tradições dos povos na região, a educação Karipuna (educação não-escolar) consegue articular estratégias de “ação pedagógica própria” (MELIÁ, 1999) que revigoram seu jeito de ser, transmitindo às novas gerações uma educação que mantém a alteridade, distinguindo-os dos demais brasileiros.

Para elucidar o modo de organização da educação Karipuna, faz-se necessário recorrer à ideia de educação propriamente indígena. Sobre o tema, Taukane (1987) escreve:

A nossa educação se dá através do tempo, do espaço; desde que acordamos para a clareza do sol, nós aprendemos vivendo. Ela se processa através da participação nas atividades da vida cotidiana, das mais aparentemente insignificantes até as mais sagradas (TAUKANE, 1987, p. 110).

No caso dos Karipuna da aldeia do Espírito Santo, é possível observar aspectos singulares do seu jeito de educar. As crianças são preparadas para a prática da autonomia, aprendendo desde pequenas a lidar com os rios, florestas e tudo o que esses elementos representam para a vida. A educação não é uma função exclusiva dos pais, mas sim da comunidade.

Em entrevista realizada julho de 2009, o pajé da aldeia do Espírito Santo, o senhor Maximiano Forte, informou que para os Karipuna a criança é considerada um ser especial por portar sensibilidades espirituais extraordinárias. Segundo o pajé, “As crianças veem o que a maioria adulta não enxerga; elas veem espíritos, mas elas não só veem, elas conversam com eles, brincam e recebem avisos, recados e conselhos dos guardiões”. Seu Maximiano observa que, “Muitas vezes a gente acha que elas (as crianças) estão inventando histórias ou estão brincando quando falam que viram um ‘homem azul’ (risos), ou quando fazem perguntas que nós nem sabemos responder”. Segundo o pajé, todas essas manifestações das crianças são evidências de que elas “são tão puras quanto Jesus Cristo”.

Numa perspectiva complementar, Florestan Fernandes (1975) reuniu um conjunto de documentação de cronistas que estiveram entre os Tupinambás, em diferentes épocas, nos quais são relatadas impressões sobre diversos aspectos da vida societária desse povo. Sobre a infância e a educação, há relatos que convergem com a argumentação do seu Maximiano. Fernandes apresenta a seguinte citação, das crônicas de Pero de

Magalhães Gondavo: “Todos criam seus filhos, viciosamente, sem nenhuma maneira de castigo, e mamam até a idade de sete, oito anos (...)” (FERNANDES,1975:72).

Durante a produção da presente pesquisa, em outubro de 2011, por volta das 21 horas, uma criança Karipuna chegou ao centro da aldeia do Espírito Santo com um filhote de jacaré nas mãos, dizendo: “Peguei ali na beira do rio. Ele estava quietinho, com olhos abertos, ai eu joguei a luz da lanterna nos olhos dele, ele ficou sem se mexer, ai eu fui lá e peguei ele”. Por horas, o filhote serviu de diversão para as crianças, até que o pequeno caçador de jacarés saiu dizendo: “Vou dormir, meu almoço de amanhã tá na mão”.

A educação na aldeia adota atividades que exigem a participação direta da coletividade geral (homens e mulheres) em reuniões para discutir e decidir sobre os problemas da aldeia. A comunidade elege os caciques, os conselheiros (Conselho formado por nove anciões) e eventuais comissões ou representantes para encaminhar determinadas tarefas específicas. Nas reuniões as crianças não se manifestam com voz, mas ficam sempre rodeando o espaço da reunião, e por mais que aparentemente estejam distraídas, elas ficam atentas aos assuntos discutidos pelos adultos e às formas de organização e decisão, constituindo-se em espaços privilegiados para a formação.

A comunidade Karipuna da aldeia do Espírito Santo mantém um calendário anual de festejos e rituais. Essas atividades são organizadas de modo que promovam atividades específicas voltada para as crianças. Nos rituais,

as crianças acompanham todas as mobilizações, veem e sabem que o pajé tem poder de curandeiro e é conhecedor das forças sobrenaturais, e por isso mesmo elas têm grande respeito pelo pajé e pelas rezadeiras.

Durante os rituais e festejos, as crianças aprendem e aperfeiçoam seus aprendizados das danças e dos cantos tradicionais, assim como participam da produção das bebidas e das comidas tradicionais e da confecção dos mastros e bancos para o ritual (esculturas em madeira, em forma de animais).

O jovem Karipuna costuma realizar a união matrimonial bem cedo, por volta dos 15 e 16 anos. Sobre isso, a Karipuna Anísia Aniká, informou que: “Na nossa religião Karipuna tem uma cerimônia em que o rapaz pede a mão da menina e recebe a autorização dos pais e da comunidade para já morarem juntos. Os pais e a comunidade constroem casa, ajudam no início pra que tudo dê certo, depois o casal pode casar na igreja, se quiser”.

Os Karipuna da aldeia do Espírito Santo praticam frequentemente mutirões, chamados por eles de *maiuhi*, que são realizados por várias ocasiões: construção de casas, preparação das roças ou colheitas, ou para a limpeza da aldeia, atividades sempre acompanhadas da preparação e degustação de comidas e bebidas, doadas por quem tiver convocado o mutirão. As crianças Karipuna mais velhas ajudam as cuidar das crianças menores, as meninas ajudam no preparo da alimentação e nas atividades domésticas, enquanto os meninos buscam lenha, fazem e

mantêm o fogo aceso, limpam o quintal e ajudam o pai nas tarefas de caça, pesca e agricultura.

Analisando as relações socioambientais estabelecidas entre os povos indígenas, Novaes conclui que:

Com todas essas peculiaridades, se ninguém pode delegar poder, não se apropriar da informação, se ninguém pode dar ordens, será impossível estabelecer repressão organizada. E sem repressão, será impossível a dominação de um grupo por outro grupo. Nestes tempos em que se questiona em todas as partes do mundo a organização e as funções do Estado, em que se proclama a necessidade de descentralizar o poder, de conferir autonomia aos cidadãos, que outra organização social pode permitir-nos uma visão mais moderna e estimulante? (NOVAES, 2000:182).

Portanto, fica evidente que a educação Karipuna está muito focada em aspectos perdidos há tempo nas sociedades urbanas. Sem preocupação com tratados teóricos ou com a abstração da realidade, a educação Karipuna preza pelo trabalho coletivo, pelo respeito ao meio e, sobretudo, pela continuidade do modo de ser Karipuna.

Considerações finais

A Escola Estadual Indígena João Teodoro Forte vem atravessando uma crise que talvez seja a mais grave da sua história. Sem o espaço físico para a realização das suas atividades curriculares e sem espaços adequados para o funcionamento administrativo ou para a preparação da merenda escolar, fica evidente que o seu caráter diferenciado está comprometido.

Como bem explicitou a diretora da escola, Sueli Aniká, a comunidade não foi convidada para decidir sobre a obra, que até então se restringiu à demolição da escola. A comunidade tem clareza de que foi desrespeitada por não ser consultada sobre a referida obra, uma vez que os pressupostos legais que amparam a educação indígena diferenciada estabelecem que a comunidade deva ser consultada em todas as decisões relacionadas a escola.

A escola na aldeia do Espírito Santo está funcionando em pequenos espaços construídos de forma improvisada em madeira, ao longo da aldeia, ou na casa dos professores. A casa da diretora da escola foi transformada na secretaria e na diretoria da instituição.

Orlando Altieri, chefe do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Amapá afirma que a situação daquela escola é transitória, que já há recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE - para a obra, faltando resolver questões administrativas em relação a construtora que não cumpriu o contrato com o governo do estado.

Os depoimentos dos professores da escola da aldeia sinalizaram para outras problemáticas: a carência de cursos específicos para professores, tanto de formação inicial quanto os de formação continuada, por exemplo. Segundo Altieri (NEI), a licenciatura intercultural indígena ofertada pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) não tem se aproximado dos interesses dos povos indígenas do estado, não havendo diálogo da Universidade com as lideranças indígenas e, portanto, o

curso não mantem as características diferenciadas que se esperava. Por esse motivo, está em andamento uma mobilização para que a referida Licenciatura seja transferida para a Universidade Estadual do Amapá - UEAP.

Ainda segundo Altieri, não há previsão de oferta de novos cursos de formação continuada para os professores indígenas, pois a instituição que deveria ministrar os cursos recebeu os recursos para tal finalidade, mas também não cumpriu o contrato e se evadiu do estado.

Quanto à produção de material didático específico para as escolas indígenas do estado, esperava-se que os mesmos surgissem de dentro das atividades curriculares da Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP, mas até agora isso não aconteceu e talvez nem aconteça, devido ao distanciamento da daquela universidade em relação a Secretaria Estadual de Educação.

Enquanto essa situação se mantém, os professores e a comunidade da aldeia do Espírito Santo continuam improvisando o funcionamento da escola.

Considerando que de fato, a ausência do prédio escolar seja uma situação transitória, resta refletir sobre as possibilidades dos Karipuna da aldeia do Espírito Santo efetivamente assumirem o controle da escola para transformá-la num instrumento da conquista da autonomia e do fortalecimento da identidade Karipuna.

Os Karipuna da aldeia do Espírito Santo tem clareza de que o conhecimento dos não-índios é importante, afinal eles mantêm antigas relações comerciais e políticas com a sociedade do entorno. Eles já entenderam que a educação

escolar indígena diferenciada é importante no sentido de que ela pode propiciar conhecimentos ressignificados que sirvam para a defesa e fortalecimento da identidade, das tradições e dos direitos que lhes competem, propiciando ao mesmo tempo conhecimentos que possibilitem o diálogo franco e claro com os não- índios. É esta a lógica que define a ideia de transformar a educação opressora em demanda dos povos indígenas.

Por outro lado, é certo que a educação bem sucedida até momento, na aldeia do Espírito Santo, é aquela organizada e executada comunitariamente pelos próprios Karipuna, pautada na oralidade e no ensinamento das tradições, mantendo ao longo do tempo o jeito de ser Karipuna.

Referências bibliográficas

ARNAUD, expedito. **Os índios Palikur do rio Urucauá – Tradição tribal e protestantismo**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1984 (publicação avulsa, 38).

_____. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases Educação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Resolução 03/99/CNE** - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Brasília: MEC, 1999.

BRITO, Edson M. Clevelândia do Norte (Oiapoque): tensões sociais e desterro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. In: Revista Escritas, 2, n 2 (2010), Goiania: UFT/Kelps.

CARVALHO, Marta M. C. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

LUCIANO, Gersen dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD/Museu Nacional, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena na escola**.

Cadernos Cedes, ano XIX, n° 49, dezembro/99.

NOVAES, Washington. O índio e a modernidade. IN: GRUPIONI, Luis D. B. **Índios no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

RICARDO, Carlos A. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: CEDI, 1983 (Volume 3, Amapá/Norte do Pará).

TASSINARI, Antonella Maria I. **No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana K. Leal (Orgs). **Antropologia, História e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

TAUKANE, Darlene. A educação Kurâ-Bakairi no contexto tradicional. In: MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Educação. **Urucum, jenipapo e giz: a educação escolar indígena em debate**. Cuiabá: Entrelinhas, 1997. PP. 109-128.

VIDAL, Lux B. **Povos indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/IEPE, 2009.